

IRIS alerta para degradação do Museu do Trigo e apela à intervenção urgente da Câmara Municipal da Povoação

O Núcleo Regional dos Açores da IRIS- Associação Nacional de Ambiente, apelou em comunicado, à Câmara Municipal da Povoação que proceda “com a maior brevidade possível, às obras de recuperação e conservação necessárias” do Museu do Trigo, na Povoação.

Segundo a associação, “as imagens obtidas no local no passado dia 14 de Agosto são reveladoras da necessidade de uma intervenção”, uma vez que os “elementos de madeira associados ao espaço museológico apresentam sinais evidentes de envelhecimento e degradação, existindo estruturas que aparentam encontrar-se fragilizadas e que, além de comprometerem a preservação do património, poderão representar riscos para a utilização e visita ao espaço.”

Para a IRIS, está em causa a “salvaguarda de um património que testemunha uma actividade agrícola fundamental na história dos Açores e que constitui uma parte importante da memória colectiva da população da Povoação e de toda a ilha de São Miguel.”

De acordo com a associação, o Museu do Trigo assume “uma particular importância por ser o único museu de São Miguel dedicado especificamente à cultura do trigo, preservando conhecimentos, técnicas, instrumentos e elementos materiais relacionados com uma actividade que marcou profundamente a vida das comunidades rurais açorianas.”

A posição do Núcleo Regional dos Açores da IRIS “enquadra-se plenamente nos objectivos da associação, nomeadamente na conservação do património arquitectónico e paisagístico, na preservação do património cultural imaterial, na utilização sustentável dos recursos e na sensibilização da sociedade para a necessidade de preservar os valores naturais e culturais”, evidenciam.



“A conservação do património não pode limitar-se à sua identificação ou valorização documental. É necessário garantir a sua manutenção, recuperação e transmissão às gerações futuras. Um museu dedicado à cultura do trigo só cumpre verdadeiramente a sua função se o património que alberga estiver devidamente preservado e se as suas condições permitirem a sua fruição pública com segurança e dignidade”, defendeu a IRIS que apelou ainda à Câmara Municipal da Povoação “que avalie urgentemente o estado actual do Museu do Trigo e promova as intervenções necessárias à sua recuperação, conservação e valorização, evitando que a degradação actualmente visível se agrave.”



“A associação considera igualmente importante que seja definida uma estratégia de médio e longo prazo para aquele espaço, garantindo a sua manutenção regular, a valorização do seu es-

pólio e a sua efectiva integração numa política de preservação e divulgação do património cultural e etnográfico da Povoação e de São Miguel”, concluiu o comunicado.

Conflito entre irmãos termina em homicídio no concelho de Ponta Delgada

A Polícia Judiciária (PJ), através do Departamento de Investigação Criminal dos Açores, deteve um homem, com 39 anos, fortemente indiciado pela prática de um crime de homicídio qualificado, ocorrido no concelho de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, que vitimou o seu irmão, com 47 anos.

A vítima e o suspeito coabitavam, há aproximadamente um ano, na residência do progenitor, tendo a relação entre ambos vindo a deteriorar-se na sequência de recorrentes conflitos, potenciados por consumos habituais de estupefacientes e de álcool.

Na madrugada de 16 de Agosto, ocorreu uma nova discussão, após o suspeito ter regressado à residência, alegadamente embriagado. A alter-

cação verbal evoluiu para confronto físico, durante o qual a vítima, que padecia de problemas de saúde crónicos, foi alvo de múltiplas agressões na região do crânio e tronco, desferidas com os punhos.

A intensidade do confronto levou à intervenção do progenitor, que alertou a Polícia de Segurança Pública e os meios de socorro, que se deslocaram à residência.

A vítima recebeu assistência médica no local, tendo sido posteriormente transportada para uma unidade hospitalar, onde, poucos minutos depois, foi declarado o óbito.

O detido será presente à autoridade judiciária competente para primeiro interrogatório judicial, tendo em vista a aplicação de medidas de coacção.

